

MODELOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES COPARENTAIS: REVISÃO CRÍTICA¹

Diogo Lamela^{*}
Rui Nunes-Costa[#]
Bárbara Figueiredo[¶]

RESUMO. A investigação empírica e teórica sobre a coparentalidade têm crescido ao longo da última década. A aliança parental tem sido conceptualizada como um dos elementos essenciais para a harmonia sistémica da família, bem como responsável pelas trajectórias (des)adaptadas das crianças. O presente artigo teórico, num primeiro momento, define e delimita o construto de coparentalidade, num segundo momento, apresenta três modelos conceptuais da aliança coparental mais referenciados na literatura científica e, no final, discute as vantagens e limitações conceptuais dos quadros teóricos descritos. Este artigo tem como finalidade contribuir para a clarificação deste construto da Psicologia da Família e informar sobre a sua potencialidade na prática psicológica.

Palavras-chave: Coparentalidade; parentalidade; família.

THEORETICAL MODELS OF COPARENTING RELATIONS: CRITICAL REVIEW

ABSTRACT. The empirical and theoretical research on coparenting have grown over the last decade. The parenting alliance has been defined as a key element for systemic harmony of the family as well as responsible for children's (des)adjusted pathways. This theoretical article, at first, defines and delimits the construct of coparenting, in a second moment, three conceptual models of coparenting alliance most referenced in the scientific literature will be described and, in the end, the advantages and limitations of the conceptual theoretical frameworks described will be discussed. This article aims to contribute to the clarification of this construct of Psychology of Family and report the potential importance of coparenting in psychological practice.

Key words: Coparenting; parenting; family.

MODELOS TEÓRICOS DE LAS RELACIONES COPARENTALES: REVISIÓN CRÍTICA

RESUMEN. La investigación empírica y teórica sobre la coparentalidad ha crecido en la última década. La alianza parental ha sido conceptualizada como un elemento clave para la armonía sistémica de la familia y responsable de las trayectorias (no) desadaptadas de los niños. Este artículo teórico, en primer lugar, define y delimita lo constructo de coparentalidad, en segundo lugar, se describen tres modelos conceptuales de la alianza coparental más referenciada en la literatura científica y, finalmente, analiza las ventajas y limitaciones de los marcos teóricos conceptuales descritos. Este artículo tiene por objeto contribuir a la clarificación de este constructo de la Psicología de la Familia y el informe sobre su potencial importancia en la práctica psicológica.

Palabras-clave: Coparentalidad; parentalidad; familia.

Durante as últimas décadas, vários estudos tentaram demonstrar a relação directa entre a qualidade da relação conjugal, a parentalidade e as trajectórias desenvolvimentais das crianças no seio de famílias intactas. Neste pressuposto, os percursos (des)adaptativos dos filhos seriam explicados pelo

funcionamento adequado da díade conjugal e parental, em que quanto melhor for a qualidade destas relações, melhor seriam os níveis de adaptação e bem-estar das crianças. Embora um consistente corpo teórico tenha demonstrado ligações moderadoras entre a qualidade conjugal e o funcionamento dos filhos (Cummings,

¹ Apoio: Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal.

^{*} Assistente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. Doutorando no Programa Doutoral em Psicologia Clínica da Universidade do Minho.

[#] Mestrando no Mestrado Integrado em Psicologia Clínica da Universidade do Minho.

[¶] Doutora em Psicologia. Professora Associada na Escola de Psicologia da Universidade do Minho.

Schermerhorn, Davies, Goeke-Morey & Cummings, 2006; McDonald & Grych, 2006), pesquisas mais recentes têm comprovado que os percursos desenvolvimentais das crianças podem ser melhor explicados pela qualidade da coparentalidade e pelo seu impacto nas relações sistémicas do que a qualidade conjugal e parental *per se* (Feinberg, Kan & Hetherington, 2007; Schmidt, 2008; Schoppe-Sullivan, Frosch, Mangelsdorf & McHale, 2004).

Os quadros teóricos sobre as relações familiares têm dado pouco relevo à coparentalidade como factor explicativo dos padrões de interacção nas famílias intactas. Em famílias com pais divorciados, pelo contrário, o papel da coparentalidade tem sido central no estudo das relações familiares após a dissolução conjugal desde década de 80 (Mullett & Stolberg, 1999). No entanto, ao contrário de famílias com pais divorciados, nas famílias intactas, o subsistema coparental opera e é interdependente de outros subsistemas familiares, mais concretamente do subsistema parental e conjugal. Esta transacção entre subsistemas é assim ainda mais complexa e o equilíbrio entre todos é a solução para as trajectórias adaptativas nos membros da família.

Belsky, Crnic e Gable (1995) levantaram a hipótese que é a coparentalidade que enreda e explica as interligações causais entre as relações conjugais, as práticas e estilos parentais e os níveis de adaptação dos filhos. Neste sentido, a coparentalidade é a ponte conceptual entre a qualidade das interacções da díade conjugal e os percursos desenvolvimentais ajustados da fratria. Esta asserção teórica tem sido desenvolvida e testada empiricamente. No seu artigo de referência, Margolin, Gordis e John (2001) afirmam que a coparentalidade pode ter um efeito mediador entre a relação marital e as relações pai/mãe-filho. Por efeito mediador considera-se que a coparentalidade especifica como e porquê o funcionamento conjugal tem, em linha directa, impacto na parentalidade e, indirectamente, no ajustamento dos filhos. Este valor intermediário da coparentalidade tem poder preditivo na compreensão de como o conflito na díade conjugal tem repercussões negativas e retroactivas nos filhos.

Devido ao relevo crescente das relações coparentais no estudo dos processos familiares, traduzido pelo acréscimo de investigação empírica publicada, propostas teóricas consistentes sobre a coparentalidade têm sido formuladas durante a actual década.

O presente artigo de revisão teórica tem como objectivo principal apresentar e discutir as propostas teóricas publicadas sobre as dimensões, características, funções e implicações da

coparentalidade no desenvolvimento familiar e dos seus membros. Mais concretamente, são objectivos específicos deste artigo: i.) definir o conceito de coparentalidade e ii.) descrever e apresentar criticamente os pontos principais dos modelos de Margolin, Gordis e John (2001), Feinberg (2003) e Van Egeren e Hawkins (2004). Estes objectivos serão discutidos através, por um lado, da apresentação das vantagens e limitações conceptuais de cada modelo e, por outro lado, da exposição das reflexões dos autores sobre este campo do conhecimento teórico.

Para operacionalizar os objectivos traçados, o artigo está estruturado em três momentos. Num primeiro momento, é apresentado brevemente o conceito de coparentalidade. Numa tentativa de apresentar uma definição consensual do conceito, este tópico tem como finalidade enquadrar as características nucleares do construto com vista a introduzir os seus modelos explicativos. Num segundo momento, são expostos os modelos teóricos vigentes sobre as relações coparentais. Finalmente, o terceiro momento será dispendido na discussão dos contributos dos modelos apresentados anteriormente e de reflexões sobre a multidimensionalidade do conceito, bem como as implicações para investigação futura.

DEFINIÇÃO DE COPARENTALIDADE

Não há consenso generalizado sobre o surgimento inicial do conceito da coparentalidade na literatura psicológica. Segundo a pesquisa de Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini e Bosa (2005), o construto foi empregue pela primeira vez por Galper em 1978. Por seu lado, Mullett et al. (1999) considera que o conceito surge consistentemente utilizado na Psicologia por Rosenthal e Hansen em 1980. Independentemente da patente da autoria, é visível que a emergência da coparentalidade, enquanto construto psicológico, esteve primeiramente associada ao estudo das relações familiares após o divórcio (Frizzo et al., 2005), sendo apenas solidamente estudada nas famílias intactas na década de 90 (Belsky et al., 1995). Contudo, apenas nesta última década, este construto assume um estatuto universal e independente da configuração estrutural da família e das características individuais e diádicas dos parceiros coparentais.

Em linha com estes princípios, a coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos (Feinberg, 2003). Conceptualmente, a coparentalidade incide sobre as interacções interparentais em relação às funções e

expectativas dos adultos no desempenho do seu papel de pais (McConnell & Kerig, 2002).

Para a clarificação do conceito, Van Egeren et al. (2004) apresentam a seguinte proposta de definição “uma relação coparental existe quando pelo menos duas pessoas assumam, por mútuo acordo ou pelas normas sociais, a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma particular criança” (p. 166). Para os autores, esta definição permite a sua aplicação a qualquer configuração e variação familiar, independentemente da condição civil e orientação sexual dos pais.

A coparentalidade deve, por inerência, ser pontuada através do amplo contexto ecológico em que se insere, tendo em consideração o período desenvolvimental das crianças, o próprio sistema familiar, as condições económicas e sociais e a subcultura (Lamela, 2008). Por conseguinte, a coparentalidade não é conceptualizada como um substrato ou ramificação da relação conjugal, mas sim como um subsistema autónomo com mecanismos e características idiossincráticos e diferenciáveis dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental (Feinberg, 2003). Por consequência, a coparentalidade assume uma dimensão sistémica e triádica (pai-mãe-filho) (Lindsey & Caldera, 2006). Um estudo de Van Egeren (2004) comprova este pressuposto, uma vez que a relação coparental entre os pais aos 6 meses de idade do filho predisse a qualidade da relação conjugal aos 3 anos. No entanto, o inverso não encontrou confirmação empírica, o que sugere que, caso a relação coparental fosse um substrato da relação conjugal, estas duas componentes do sistema familiar estariam sempre altamente correlacionadas, o que não foi comprovado.

Concludentemente, a interrelação entre a conjugalidade e parentalidade e o funcionamento (des) adaptativo da criança não se resume a uma mera causalidade estímulo-resposta. É necessário entender a relação de interdependência entre os subsistemas conjugal, parental, coparental e filial sobre um princípio transaccional, dado que o desenvolvimento das relações familiares é dinâmico e a mudança é o pilar central da interacção familiar.

Na última década, surgiram propostas de filtrar padrões coparentais, sustentados numa análise sistemática das transacções entre os pais em actividades em que o subsistema coparental está activado. O sistema categorial com mais suporte científico é o que foi proposto por Maccoby, Depner e Mnookin (1990) que, embora tenha sido desenvolvido avaliando os padrões de interacção coparental entre pais divorciados, pode ser aplicado, a nosso ver, a pais

em famílias intactas. Para estes autores, a coparentalidade não se esgota na partilha da responsabilidade da educação dos filhos mas significa que os pais cooperam efectivamente no suporte às decisões do outro e absorvem-nas na sua própria relação individual com os filhos. Neste sentido, Maccoby et al. (1990) identificaram três variações da coparentalidade: a coparentalidade cooperativa, conflituosa ou descomprometida.

Resumidamente, a coparentalidade cooperativa é definida como interacções de qualidade entre os pais, pautada por uma comunicação regular sobre os filhos, caracterizada por níveis mínimos de conflito e inexistentes estratégias de corrosão da relação de cada pai mantém individualmente com os filhos. A cooperação coparental requer unidade e simetria nos planos parentais (Stright & Neitzel, 2003), em que os pais funcionam como uma verdadeira equipa na condução da educação dos filhos, quer do ponto de vista instrumental, quer de um ponto de vista emocional e valorativo. Por outro lado, a coparentalidade conflituosa é definida pela regularidade da comunicação entre os pais, no entanto esta comunicação é caracterizada por elevados níveis de conflito, hostilidade, criticismo e competição que, devido a esta postura de adversários, coloca em curto-circuito as tentativas de um trabalho coparental eficaz. Por fim, na coparentalidade descomprometida, mais frequente em díades parentais divorciadas, existe um envolvimento de cada pai na vida das crianças, no entanto este envolvimento não é conjunto, em que os pais praticam uma parentalidade paralela, sendo expressa por uma comunicação rudimentar em torno das questões educacionais dos filhos (Lamela, Castro & Figueiredo, no prelo; Maccoby et al., 1990).

CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA A DEFINIÇÃO CONCEPTUAL DA COPARENTALIDADE

Tal como pode ser perceptível na secção anterior, parte da terminologia científica usada no estudo da coparentalidade sustenta-se nos conceitos e nos princípios teóricos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Minuchin (1974)². De facto, esta teoria enquadra os actuais modelos das relações coparentais.

Refutando uma perspectiva organicista sobre a adaptação do ser humano, esta proposta teórica preconiza a existência de uma associação significativa

² Ver Frizzo et al. (2005) para revisão detalhada sobre as contribuições da teoria dos sistemas familiares de Minuchin para o estudo e enquadramento conceptual da coparentalidade.

entre os padrões de funcionamento da pessoa e as características das suas redes relacionais. Neste sentido, a família assume-se como a principal rede relacional dos indivíduos, sendo que a sua dinâmica processual e estrutural permite compreender os níveis de ajustamento psicológico dos seus membros, assumindo particular poder na predição dos resultados desenvolvimentais das crianças. Para Minuchin (1974), o sistema familiar é composto por um conjunto de subsistemas interdependentes entre si. Neste conjunto de subsistemas, o subsistema executivo assume-se como particularmente importante para a adaptação e funcionamento global das crianças. Este subsistema, formado normalmente pelos pais, tem como função, entre outras, tomar decisões sobre a educação dos filhos. Assim, a *relação coparental* é o produto da interação entre dois adultos na condução e satisfação das necessidades das crianças que fazem parte do sistema familiar. De facto, o conceito de coparentalidade não é abordado directamente pelas formulações teóricas de Minuchin, sendo que a definição de subsistema executivo é a que mais se aproxima da definição contemporânea da coparentalidade (Schoppe-Sullivan et al., 2004).

Apesar da relevância da teoria de Minuchin no estudo e compreensão das transacções dentro da família, as suas contribuições para operacionalização e especificação processual das relações coparentais são reduzidas. Assim, a última década forneceu três modelos de conceptualização da coparentalidade, devido, por um lado, à importância que este construto assumiu na compreensão do funcionamento individual e familiar e, por outro lado, aos crescentes dados da investigação empírica sobre o tema. Estas propostas incidem na compreensão dos factores que sustentam a aliança coparental na vida familiar. Em comum têm a possibilidade de serem aplicados a qualquer tipo de configuração familiar e a qualquer faixa etária dos filhos. Os modelos serão de seguida apresentados cronologicamente. No final do artigo, será feita uma avaliação crítica dos modelos.

Modelo de Margolin, Gordis e John (2001)

Baseado em investigação empírica, o modelo de três factores da coparentalidade de Margolin et al. (2001) está dependente do nível de conflito, de cooperação e triangulação expressos pela diade coparental. A primeira dimensão é o conflito entre os pais relacionado com temas parentais. O conflito é caracterizado pela quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos sobre a criança, pela tonalidade

negativa (e.g. hostilidade, raiva, rejeição, frieza ou criticismo) utilizada na discussão das práticas educativas, pela existência de padrões de curto-circuito da relação parental com a criança entre ambos pais e pela inflexibilidade e desacordo sobre os princípios educativos utilizados na educação do filho (Margolin, 2005). A cooperação, a segunda dimensão proposta por este modelo, diz respeito aos níveis de suporte a apoios sociais, respeito e apreço que cada um dos dois pais tem do outro. Esta dimensão, que Margolin et al. (2001) defendem como sendo o elemento-chave para uma aliança coparental eficaz, avalia o grau em que os pais imprimem no esforço comum na partilha da prestação de cuidados à criança e na disponibilidade emocional e instrumental entre os pais nos temas parentais.

A último pilar do modelo de Margolin é a triangulação. Esta dimensão corresponde à existência de uma coligação intergeracional entre um dos pais e o filho que mina e leva à rejeição do outro membro da diade coparental. A triangulação ocorre mais frequentemente em díades mãe-filho e está associada a elevados níveis de conflito interparental. Na maioria dos casos, as coligações deformam os comportamentos coparentais, em que o progenitor excluído da triangulação tem dificuldade em colocar em prática os seus princípios educativos, uma vez que o outro parceiro coparental participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho. Este fenómeno pode ser o que tem pior impacto na adaptação dos filhos (Shaffer & Sroufe, 2006).

Margolin considera que outros factores condicionam a coparentalidade, tais como a idade dos filhos, o género dos pais e o género dos filhos. Segundo esta formulação, a importância, forma e grau da cooperação coparental varia de acordo com a idade dos filhos, em que quanto mais novos forem os filhos, mais unidos e cooperantes os pais devem ser. A gestão coparental positiva está subordinada a percepção de que cada pai tem da qualidade da relação interparental. De acordo com Margolin, esta percepção está associada ao género de cada pai e às funções esperadas que cada género desempenha (Margolin et al., 2001). Os autores sustentam estes pressupostos em estudo que demonstram que as mães que têm piores percepções da qualidade coparental, são aquelas pertencem a famílias em que as tarefas de cuidados não são partilhadas e existe concomitantemente maiores índices de conflito interparental e menor qualidade conjugal (Margolin, Gordis & Oliver, 2004; Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006; Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005).

Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003)

O modelo de Feinberg (2003) é um marco no desenvolvimento teórico da coparentalidade. As principais preocupações do autor focaram-se na definição da coparentalidade, bem como na identificação, baseado na investigação empírica disponível, das dimensões da coparentalidade, para além de propor uma integração da aliança coparental no contexto ecológico.

A coparentalidade, na perspectiva de Feinberg (2003), ocorre na partilha de deveres no cuidado de uma determinada criança. A relação coparental associa-se à qualidade e frequência da coordenação e suporte que cada um dos progenitores providencia ao outro membro da díade coparental na prestação de

cuidados ao filho, não englobando dimensões conjugais e parentais.

Baseado em propostas e estudos anteriores, Feinberg sustenta que o subsistema coparental assenta em quatro componentes: acordo ou desacordo nas práticas parentais, divisão do trabalho relacionado com a criança, suporte/sabotagem do papel coparental e gestão conjunta das relações familiares. Segundo este modelo, a coparentalidade é o resultado da interdependência destes componentes, em que a variabilidade dos padrões de interação entre as famílias é consequência do tipo, grau e intensidade das ligações entre os componentes. Isto significa que o peso de cada componente da coparentalidade oscila de acordo com as características de cada díade coparental e do seu contexto de desenvolvimento.

Tabela 1. Componentes da Coparentalidade Segundo Feinberg (2003)

Acordo nas práticas parentais é a dimensão da coparentalidade associada ao grau de entendimento entre a díade parental em assuntos relacionados com a criança, tais como os princípios morais, disciplina, formas de prestação de cuidados, decisões sobre a educação ou necessidades emocionais das crianças. Feinberg considera que esta dimensão é dual, em que o grau de desacordo nas práticas parentais está relacionado com os problemas de ajustamento das crianças.

Divisão do trabalho corresponde à partilha entre a díade coparental das obrigações das rotinas diárias de cuidados à criança, bem como à divisão das responsabilidades dos assuntos financeiros, médicos e legais relacionados com as crianças. Esta componente da coparentalidade tem um expressivo impacto na satisfação com a relação coparental e com os níveis de estresse parental, em que, quanto maior for a divisão de tarefas, menor o estresse no desempenho das funções parentais e maior satisfação com a relação com o outro pai.

Suporte/Sabotagem. Esta dimensão consiste na qualidade e grau do suporte recíproco entre a díade. Expressões de afecto positivo, de reforço, de apoio emocional e de respeito perante a autoridade e contributos do outro membro do par coparental são manifestações do suporte esperado entre os pais. O pólo negativo desta componente é manifestada por um padrão de hostilidade, crítica, culpa e afecto negativo perante o outro pai. A qualidade do suporte coparental está associada ao ajustamento das crianças e dos progenitores e contribui para sentimentos de competência parental e trajectórias adaptativas nos filhos.

Gestão conjunta da família agrupa a gestão, pontuação e modelação das interacções familiares, com especial foco nas interacções entre os pais. Uma gestão familiar conjunta eficaz resulta num auto-controlo eficiente da díade sobre os seus comportamentos e padrões de comunicação entre eles. Os progenitores são responsáveis por estabelecer as fronteiras familiares, impedindo a criação, por exemplo, de coligações intergeracionais. A qualidade do funcionamento estrutural da família está dependente desta componente da coparentalidade.

A importância central do modelo de Feinberg deve-se à abordagem da coparentalidade como um processo familiar que influencia e é influenciado por factores externos à própria relação coparental. Esta visão contextual permite compreender os efeitos mediadores e moderadores da díade coparental no ajustamento e bem-estar dos membros da família.

Por conseguinte, o modelo sustenta que a coparentalidade é influenciada, primeiramente, pelas características individuais de cada pai, em que factores pessoais como as atitudes, grau de escolaridade, saúde mental, qualidade da vinculação, os níveis de bem-estar e sistemas valorativos afectarão a relação coparental. Em segundo lugar, é considerado que factores familiares podem influenciar a aliança coparental, uma vez que, na maioria das famílias intactas, o subsistema coparental é formado após a

existência do subsistema conjugal, o que leva que a história das interacções, os padrões de procura e prestação de cuidados, o reportório comportamental e emocional dos pais enquanto cônjuges podem ter um papel preponderante na formação e conservação de uma relação coparental desenvolvimentalmente ajustada. O terceiro e último factor influenciador da coparentalidade é o ambiente extrafamiliar. Baseado na perspectiva *stress-coping* de Lerman e Glanz (1997), o modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg teoriza que a formação e manutenção de uma prestação de cuidados coordenada às crianças é uma tarefa complexa e exige iniciativa e empenho no planeamento das responsabilidades coparentais. No entanto, a capacidade de coordenação e de suporte mútuo podem ser afectadas negativamente pelo estresse extrafamiliar, sendo que, por exemplo, o

estresse económico exerce um dos efeitos mais negativos nas intenções de harmonia coparental. Por outro lado, ao analisarem-se as relações coparentais, o suporte social deve ser avaliado como factor protector da qualidade da transacção coparental. Segundo este modelo, as cadeias de suporte social em resposta a situações de estresse providenciam um alicerce ecológico na execução das tarefas coparentais, uma vez que quanto maior for o apoio recebido das redes sociais primárias (e.g., familiares e amigos), secundárias (e.g., creches e infantários disponíveis) e terciárias (e.g., apoios sociais do Estado) mais facilitado está o esforço coparental, potenciando, conseqüentemente, trajetórias desenvolvimentais adaptativas dos filhos (Feinberg & Kan, 2008).

Desta forma, o modelo de Feinberg é o ponto de referência no estudo da coparentalidade, uma vez que, embora ainda não tenha sido testado empiricamente de forma consistente, procura sustentar os seus pressupostos em resultados de investigações anteriores. Actualmente, o autor está a finalizar o estudo psicométrico de uma medida de avaliação da coparentalidade consonante com o seu modelo, denominada por *Your Parenting Team* (YPT)³ (Feinberg, Fisher & Kan, 2008).

Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004)

Van Egeren et al. (2004) consideram que a coparentalidade pode ser conceptualizada por uma estrutura externa e uma estrutura interna.

A estrutura externa da coparentalidade congrega a resposta a questões mais instrumentais do seu modelo, tentando responder quem pode ser considerado com pertencendo a uma díade coparental e quando e onde ocorrem interacções coparentais. Segundo esta formulação, a coparentalidade é um subsistema de todas as famílias onde existam filhos. Desta forma, a aliança coparental é uma dimensão viável em casais casados, em união de facto, divorciados ou nunca casados, independentemente da orientação sexual dos membros coparentais e se a criança é filha biológica ou adoptada. Por outras palavras, sempre que duas pessoas são responsáveis pelo cuidado de um filho, elas formam uma díade coparental.

Van Egeren (2003) hipotetiza que os primórdios do sentimento coparental surgem no período pré-nascimento, uma vez que os progenitores formam representações de si próprios enquanto pais e díade coparental. O autor defende que, quando os

progenitores iniciam discussões sobre assuntos coparentais – divisão da prestação de cuidados ao bebé, expectativas, sistemas valorativos e filosofias educativas –, o processo de criação da aliança coparental foi iniciado. Alguns dados empíricos têm sustentado esta perspectiva. Por exemplo, Van Egeren (2004) demonstrou consistentemente que a qualidade da interacção entre os pais sobre os assuntos relacionados com o filho no período anterior ao nascimento funciona como preditor de uma coparentalidade cooperativa após o nascimento, ao que se alia dados que afirmam que as características dos adultos e os processos relacionais interparentais durante a gravidez são excelentes marcadores da qualidade da interacção coparental posterior. Assim, os autores sustentam que os determinantes da coparentalidade iniciam-se pré-nascimento, no entanto, a aliança como uma *dimensão explícita* do sistema familiar ocorre apenas após o nascimento do filho (Van Egeren, 2003).

Tal como defendido por nós, o modelo de van Egeren e Hawkins sustenta que a relação coparental não se resume à interacção física entre os pais. Nesta proposta teórica, os autores sublinham a inserção das percepções da aliança coparental como um elemento da coparentalidade. Estas percepções e sentimentos, influenciadoras do comportamento coparental, formam-se e perduram independentemente da presença/ausência do outro. Por consequência, a coparentalidade não está limitada a uma componente instrumental, não contém apenas as interacções que requeiram a presença dos elementos da família, mas é constituída também por todas as acções, cognições e representações que possam promover ou minar a eficácia do outro adulto enquanto pai e membro da equipa coparental (Lamela, 2008).

Nesta conceptualização, a estrutura interna da coparentalidade engloba todas as dimensões intraindividuais e intrafamiliares que são intrínsecas e exclusivas da aliança coparental, tais como os sentimentos, atitudes, percepções, valores e acções de cada um dos progenitores. A identificação destes elementos é crítica, uma vez que, de acordo com a teoria dos sistemas familiares, o subsistema coparental está interligado e interdependente dos outros subsistemas familiares, pelo que a tarefa de filtrar e depurar estes elementos pode mostrar-se de difícil praticabilidade. Para atenuar estas dificuldades metodológicas, os autores propõem quatro regras definitórias para distinguir os processos do subsistema coparental dos outros subsistemas familiares: i.) *a coparentalidade requer um filho* – dizem respeito ao estudo da aliança coparental apenas os processos e

³ Existe uma tradução e adaptação para Língua Portuguesa desta medida (Lamela & Figueiredo, 2009). Actualmente, esta versão está em fase de validação psicométrica.

interacções circunscritos aos assuntos relacionados com a criança (e.g., a prestação de cuidados, como a alimentação e educação, são temas coparentais, enquanto a divisão das tarefas domésticas não são do domínio coparental, mas sim conjugal); ii.) *a coparentalidade requer um parceiro* – a aliança coparental pode ser avaliada como um conceito dual, uma vez que, por um lado, podem ser avaliados os níveis de coparentalidade apresentados pela díade parental e, por outro lado, as dimensões da coparentalidade (e.g., cooperação, solidariedade e conflito) podem ser avaliadas separadamente em cada um dos membros da díade; iii.) *a coparentalidade é um processo diádico* – embora a díade coparental forme o subsistema executivo responsável pela gestão familiar e, conseqüentemente, interage com todos os outros subsistemas, é na sua essência uma unidade diádica, não podendo ser confundida com o processo familiar, dado que, embora a aliança coparental seja um elemento fulcral, não se apresenta como o único motor relacional na família; iv.) *a coparentalidade é*

um processo bidireccional – dentro da dinâmica transaccional da coparentalidade, todas as acções de um membro da díade afectam e são afectadas pelas acções do outro membro, sendo que o produto coparental é resultado desta interacção cíclica e recíproca entre os progenitores.

Tal como o modelo de Margolin, as dimensões da coparentalidade defendidas por Van Egeren et al. (2004) são derivadas da investigação empírica. Sustentada em quatro dimensões qualitativas, esta proposta teórica preconiza a análise interposta de todas elas para a compreensão da qualidade da aliança coparental (ver tabela 2). A presente versão do modelo é uma resposta conceptual ao modelo de Feinberg. Na proposta inicial de 2001, os autores consideravam cinco dimensões da coparentalidade: percepção do suporte do companheiro, estratégias coparentais percebidas, comportamentos coparentais observados, diferenças nas filosofias de educação e divisão das tarefas de prestação de cuidados à criança.

Tabela 2. Dimensões da Coparentalidade segundo Van Egeren & Hawkins (2004)

Solidariedade coparental que engloba a componente afectiva da aliança coparental. Para Egeren o crescimento do adulto enquanto progenitor é medível através desta dimensão. A solidariedade interparental traduz-se na expressão de afecto positivo entre os pais em situações de coparentalidade, existindo, de igual forma, um sentimento subjectivo de crescimento conjunto e de aumento da intimidade e compromisso entre a díade parental.

Suporte coparental compreende os comportamentos, esforços e estratégias utilizados reciprocamente pelos membros da díade para suportar e alcançar os objectivos parentais do subsistema coparental. O suporte interparental é fonte de trocas bidireccionais que promovem a cooperação e a segurança emocional que potenciam a qualidade parental de cada um dos adultos. A característica principal desta dimensão é as estratégias psicológicas que cada um dos membros da díade coparental utiliza na no pedido e na prestação de suporte ao outro pai nos seus percursos parentais.

Parentalidade sabotadora (undermining parenting) consistente em estratégias e comportamentos que minam o atingimento dos objectivos parentais. Tradicionalmente, este tipo de coparentalidade reflecte-se em formas muito subtis de corrosão dos comportamentais parentais do outro pai. Pode traduzir-se em hostilidade, crítica, insultos ou tentativas de afastar o outro pai de tarefas conjuntas com a criança que resultam numa interferência nas interacções saudáveis entre o outro progenitor e o filho.

Parentalidade partilhada é a dimensão mais substantiva do modelo, uma vez que engloba a divisão de tarefas na prestação de cuidados às crianças. Uma parentalidade partilhada é medida através da percepção e da efectiva distribuição equitativa das responsabilidades práticas na educação dos filhos. A partilha parental pode ser avaliada a partir de dois elementos: i.) o equilíbrio do envolvimento, que diz respeito ao grau em cada pai está envolvido com o filho, em comparação com o envolvimento demonstrado pelo outro parceiro coparental e ii.) o envolvimento mútuo que avalia a dimensão na qual ambos os membros da díade coparental estão comprometidos sincronicamente na educação do filho.

Este quadro conceptual tem como vantagem metodológica a sua testagem empírica. Tal como os autores afirmam, esta formulação teórica é um primeiro passo para o desenvolvimento de uma teoria consistente da coparentalidade.

DISCUSSÃO

Tal como demonstrado, o construto da coparentalidade é complexo e difícil de definição e avaliação empírica. Os três modelos de referência

apresentados têm similaridades e alguns pontos de divergência. Uma das razões para estas divergências conceptuais e empíricas deve-se aos métodos de medição utilizados para aferir a coparentalidade. Como foi claro ao longo do artigo, os autores dos três modelos apresentados utilizam diferentes métodos de avaliação da coparentalidade, o que poderá estar a condicionar, a nosso ver, resultados mais objectivos e consistentes nesta área de conhecimento.

Na tabela 3, apresentamos, comparativamente, as vantagens e limitações dos modelos descritos. Foram utilizados três critérios nesta análise: i.) contributos do

modelo para a operacionalização das dimensões da coparentalidade, ii.) teste empírico do modelo e iii.) qualidade das contribuições do modelo para a

integração das relações coparentais no contexto familiar e ecológico.

Tabela 3. Vantagens e Limitações Conceptuais dos Modelos da Coparentalidade

Modelo de Margolin, Gordis e John (2001)	
Vantagens conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Definição operacional da coparentalidade. - Proposta de explicação do efeito mediador da coparentalidade entre a parentalidade e o grau de ajustamento das crianças.
Limitações conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo é resultado das análises psicométricas do <i>Coparenting Questionnaire</i> (CP) desenvolvido pelos autores. - Ambiguidade na explicação da relação entre as três dimensões da coparentalidade defendidas. - Reduzida sustentação teórica das dimensões da coparentalidade resultantes da análise factorial do CP. - Reduzida visão do papel sistémico da coparentalidade na família. - Reduzida atenção à ecologia da coparentalidade.
Modelo de Feinberg (2003)	
Vantagens conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Derivado da integração de propostas conceptuais anteriores da coparentalidade. - Evidência empírica consistente com os pressupostos do modelo. - Conceptualização da existência de uma variabilidade da interdependência das dimensões da coparentalidade. - Explicação da variabilidade interfamiliar da aliança coparental. - Introdução e explicação dos factores influenciadores da coparentalidade. - Introdução de um eixo ecológico na compreensão da coparentalidade.
Limitações conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Embora sustentado em dados de investigações anteriores, o autor não testou empiricamente o modelo. - Necessário desenvolver conceptualizar quais os estressores extrafamiliares com maior impacto na coordenação coparental. - Menor explicação das trajectórias moderadoras e mediadoras da coparentalidade.
Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004)	
Vantagens conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Definição conceptual de coparentalidade. - Derivado da integração de propostas conceptuais anteriores da coparentalidade. - Sustentação de dois eixos de análise da coparentalidade: uma estrutura externa e uma estrutura interna. - Teste empírico do modelo.
Limitações conceptuais	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida inovação na descrição das componentes da coparentalidade. - Não desenvolvimento de uma medida psicológica baseada no modelo, uma vez que o modelo é testado através de medidas indirectas. - Reduzida visão do papel sistémico da coparentalidade na família. - Reduzida ênfase nos factores moderadores da coparentalidade.

Na nossa perspectiva, é necessário desenvolver um maior conjunto de estudos para clarificar as dimensões que sustentam a coparentalidade. Devido à sua universalidade e aplicabilidade a todas as configurações familiares, todas as linhas de estudo da aliança coparental devem confluir para análise dos factores fundacionais deste conceito. Por outras palavras, as formulações teóricas da coparentalidade devem considerar os resultados empíricos obtidos em estudos com diferentes tipos de participantes (estado civil x orientação sexual x nível sócio-económico x características das crianças). Actualmente, este esforço não está totalmente alcançado, uma vez que não há um trabalho consistente de integração conceptual destes dados empíricos.

Como foi demonstrado, a coparentalidade remete para coordenação dos adultos na prestação de cuidados e educação dos filhos. Esta coordenação não se resume a questões meramente instrumentais na prestação de cuidados. Os progenitores cooperantes imprimem prioridade ao bem-estar dos filhos, enquanto criam e mantêm uma relação construtiva, com fronteiras mais flexíveis e maleáveis entre si (Feinberg, 2003).

Os modelos descritos são ricos em descrever as características, funções e consequências do exercício da coparentalidade. As suas formulações e propostas teóricas conceptualizam a coparentalidade como um processo diádico, triádico, familiar e contextual. Todavia, a nosso ver, estes modelos não explicam

adequadamente as experiências individuais de cada pai no exercício da coparentalidade e de como esta experiência afecta as dimensões diádica e ecológica da relação coparental. Apesar de o construto apresentar características diádicas e ecológicas, a compreensão dos processos individuais na integração e significação das relações coparentais nos percursos desenvolvimentais de cada pai assumem igual importância na compreensão do conceito.

Assim, baseados nos pressupostos comuns dos três modelos, propomos que possa ser introduzido um novo eixo de análise no estudo da coparentalidade que reflecta a dimensão individual do construto. De uma forma genérica, este novo eixo, transversal e possível de ser aplicado a qualquer dos modelos vigentes sobre a aliança coparental, tem como finalidade, em primeiro, inserir o estudo dos estilos psicológicos de cada um dos progenitores no exercício da coparentalidade, o que pode, a nosso ver, contribuir para a clarificação de alguns dos resultados da investigação empírica. Nesta linha de pensamento, propomos que a relação coparental influencia e é influenciada pelos estilos comportamentais, emocionais e representacionais de cada pai na sua função de parceiro coparental.

Por dimensão comportamental da coparentalidade definimos todo o reportório comportamental que os progenitores utilizam na interacção com as crianças. A investigação demonstra que os pais com uma coparentalidade positiva são aqueles que discutem, negociam e aplicam visões aproximadas quanto à regulação comportamental e emocional da criança e partilham entre si as tarefas associadas à prestação de cuidados. Os progenitores que ao nível comportamental apresentam níveis elevados de coparentalidade positiva aplicam as mesmas regras, normas, reforços e valores na educação dos filhos, não havendo brechas nas directrizes interparentais na interacção directa com o subsistema filial. Por outras palavras, se cada um dos progenitores desenvolver e executar individualmente este comportamento de equipa perante a criança, as possibilidades de triangulações e alianças intergeracionais estão diminuídas, o que potencia um desenvolvimento positivo dos filhos (Shaffer et al., 2006).

A dimensão emocional da coparentalidade é conceptualizada como a regulação apropriada dos processos emocionais das práticas coparentais. Assim, para uma coparentalidade efectiva, o parceiro coparental deve individualmente ser capaz de moldar a tonalidade emocional das suas interacções com o outro membro da díade coparental, através da integração da emocionalidade negativa e positiva. De acordo com

esta nossa proposta, cada um dos elementos do par coparental, numa interacção coparental adaptada, é capaz expressar afecto positivo, caracterizado pela procura, provimento e partilha de afecto físico e verbal, tom de voz adequado e empático, troca de sentimentos positivos entre ambos, e sem conteúdos verbais que demonstrem raiva, hostilidade, criticismo ou impaciência. Estudos têm evidenciado que a componente emocional da prática coparental assume grande relevo na qualidade global da aliança parental (Kolak & Volling, 2007), considerando-se que a forma como cada pai integra e gere emocionalmente a experiência coparental influencia as transacções coparentais e os resultados desenvolvimentais dos filhos.

Unida à componente comportamental e emocional, a coparentalidade pode ser analisada de um ponto de vista representacional, que transfere o estudo das diferenças individuais na coparentalidade para o domínio representacional, em que é essencial o adulto organizar e integrar as suas experiências de coparentalidade com o pai/mãe do filho. Propomos que a componente representacional corresponde a um conjunto de regras cognitivas que organizam a informação relativa às experiências e transacções coparentais, orientado a atenção, a memória, o discurso, o comportamento, as emoções e cognições de cada pai na sua relação com o outro membro da díade e com a criança. Este nível representacional agrupa, a nosso ver, a integração da regulação emocional, os sistemas de valores e crenças sobre a parentalidade e coparentalidade. Por outras palavras, o subsistema coparental, tal como outros sistemas psicológicos, pode ser activado independentemente da presença física do outro pai, uma vez que cada um dos pais pode fomentar ou prejudicar o parceiro coparental – independentemente da sua presença física – através de alianças intergeracionais e emissão de comentários e opiniões sobre este.

Assim, defendemos que o estudo do impacto das dimensões intra-individuais na experiência coparental deve ser efectuado através destes três níveis de análise, em que a vivência de uma coparentalidade satisfatória, efectiva, coesa e responsiva para cada um dos progenitores é resultado da integração e interligação simbiótica destas três dimensões. A investigação tem demonstrado que é fulcral o funcionamento óptimo destas dimensões para uma coparentalidade desenvolvimentalmente adequada (Markham, Ganong & Coleman, 2007). Deste modo, é necessário sublinhar que a aliança coparental não pode ser circunscrita a um nível comportamental de análise (e.g., o pai partilhar as tarefas no cuidado do filho),

pelo que é necessário compreender os aspectos psicológicos deste fenómeno.

Actualmente, começam a surgir medidas de auto-relato e de observação que poderão vir a ser excelentes ferramentas metodológicas para projectos de pesquisa e para a prática clínica, que descreveremos brevemente de seguida. Neste conjunto, a *Parenting Alliance Measure* (PAM, Abidin & Konold, 1999) foi desenvolvida com o objectivo de avaliar a qualidade da relação interparental nos cuidados dos filhos. Esta medida fornece uma avaliação da perspectiva de cada um dos membros do subsistema coparental sobre o grau de cooperação, comunicação e respeito mútuo da relação entre os progenitores. A PAM, com 20 itens, é composta por uma escala tipo Likert de 5 pontos. A versão norte-americana da medida apresenta uma elevada consistência interna de .97. O instrumento apresentou valores de teste-reteste de .80, estando correlacionado significativamente com outras medidas psicométricas que avaliam o estresse parental, funcionamento conjugal e familiar e níveis global de adaptação das crianças. Actualmente, existe uma versão em língua portuguesa validada para pais divorciados portugueses (*Medida da Aliança Parental*, Lamela, Castro, Nunes-Costa, Bianchi-Aguiar & Figueiredo, 2009) que, em consonância com os valores da versão norte-americana, apresenta elevada consistência interna de .92. No momento, está a proceder-se a validação desta medida para a população portuguesa, com estratificação por características sócio-demográficas dos pais (e.g., estado civil, género, nível de escolaridade e orientação sexual) e por 4 grupos etários dos filhos (infância; idade pré-escolar; idade escolar; adolescência) (Castro, Lamela & Figueiredo, 2009).

Composto por 14 itens, o *Parenting Alliance Coparenting Questionnaire* (Margolin et al., 2001) avalia as percepções dos pais sobre a cooperação, triangulação e conflito dentro da díade coparental. Com elevados níveis de consistência interna nas subescalas da cooperação e do conflito ($\alpha = .74$ e $.86$, respectivamente), a subescala da triangulação não apresentou níveis satisfatórios de consistência interna. Devido à sua fácil aplicação, este instrumento tem sido um dos instrumentos de auto-relato mais utilizados na avaliação da coparentalidade.

O *Coparenting and Family Rating System* (CFRS; McHale, Kuersten-Hogan & Lauretti, 2000) é a única medida observacional validada para a avaliação da interacção dos pais enquanto díade coparental. Com um sistema de codificação e de interpretação bastante complexo, os *scores* obtidos no CFRS são o produto das pontuações em 7 escalas que avaliam,

essencialmente, as dimensões comportamentais da coparentalidade: cooperação, competição, intimidade diádica (*couple warmth*), foco na criança (*versus* foco no adulto), desentendimento/conflito verbal, mãe valida o pai e o pai valida a mãe. Para além dos *scores* alcançados nestas escalas-base, existem outros *scores* possíveis obtidos através da conjugação e cruzamento de algumas destas 7 escalas. Segundo McHale et al. (2000), o instrumento apresenta qualidades psicométricas satisfatórias, no entanto trabalho complementar é necessário para atingir valores satisfatórios de validade de construto. Apesar do treino de codificação ser muito exigente, este sistema de codificação tem o mérito de providenciar ao estudo da coparentalidade uma medida directa de observação em contexto laboratorial ou real das relações coparentais em momentos de interacção triádica (mãe-pai-criança). Do nosso conhecimento, não existe num trabalho de tradução e adaptação para língua portuguesa do protocolo e do sistema de codificação do CFRS.

Finalmente, a medida de auto-relato mais recente foi desenvolvida por Feinberg et al. (2008). Tal como referenciado anteriormente, o *Your Parenting Team* é uma tentativa do autor em desenvolver uma medida baseada na sua teoria ecológica da coparentalidade (Feinberg, 2003). Inicialmente, os autores seleccionaram e adaptaram um conjunto de itens de medidas anteriores da coparentalidade (PAM, CP, CFRS) e desenvolveram igualmente itens adicionais. Todos os itens foram codificados como pertencendo a uma das dimensões da coparentalidade defendidas por Feinberg (2003). A hipótese de resposta varia numa escala de 7 pontos. Com 33 itens, a escala é composta por 6 subescalas: acordo, aumento da intimidade, exposição ao conflito, suporte/cooperação activos, competição/sabotagem e validação da parentalidade do parceiro. Actualmente, está em fase de conclusão o estudo psicométrico da versão original norte-americana. Os valores preliminares de consistência interna para o total da escala situam-se nos .90, sendo que os resultados da análise factorial confirmatória longitudinal, os valores de validade de construto e a consistência interna das subescalas apresentam valores que variam entre o satisfatório e o excelente (Feinberg et al., 2008). O YPT encontra-se numa fase de apuramento psicométrico. Os primeiros dados indicam que este instrumento tem capacidade de operacionalizar e medir as dimensões da coparentalidade de Feinberg (2003), tornando-se, assim, numa das medidas mais promissoras no estudo da coparentalidade. Existe disponível uma versão em língua portuguesa deste instrumento (Lamela et al.,

2009), que se encontra em validação para a população portuguesa.

O presente artigo teve como finalidade contribuir para a clarificação deste construto, recente na Psicologia da Família e alertar para a sua importância na prática psicológica (Frizzo et al., 2005). Aliás, a introdução da avaliação da relação coparental nos processos psicoterapêuticos poderá auxiliar na compreensão de algumas dinâmicas familiares que até ao momento se encontravam secundarizadas devido ao diminuído conhecimento da importância do subsistema coparental (Frizzo et al., 2005).

REFERÊNCIAS

- Abidin, R. & Konold, T. (1999). *Parenting Alliance Measure professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Belsky, J., Crnic, K. & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting: Spousal differences and daily hassles. *Child Development, 66*, 629-642.
- Castro, M., Lamela, D. & Figueiredo, B. (2009). Validation of the Portuguese version of the Parenting Alliance Measure (PAM). Manuscrito em preparação.
- Cummings, E., Schermerhorn, A., Davies, P., Goeke-Morey, M. & Cummings, J. (2006). Interparental discord and child adjustment: Prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 77*, 132-152.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting, 3*, 85-131.
- Feinberg, M., Fisher, A. & Kan, M. (2008). A theoretically based measure of coparenting. Manuscrito em preparação.
- Feinberg, M. & Kan, M. (2008). Establishing family foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology, 22*, 253-263.
- Feinberg, M., Kan, M. & Hetherington, M. (2007). Longitudinal study of coparenting conflict on adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 69*, 687-702.
- Frizzo, G., Kreutz, C., Schmidt, C., Piccinini, C. & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 15*, 84-94.
- Kolak, A. & Volling, B. (2007). Parental expressiveness as a moderator of coparenting and marital relationship quality. *Family Relations, 56*, 467-478.
- Lamela, D. (2008). *Definição conceptual da coparentalidade: Implicações para a prática clínica na consulta de divórcio do SCPDH-UMinho*. Manuscrito não publicado, Universidade do Minho.
- Lamela, D., Castro, M. & Figueiredo, B. (no prelo). Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de um programa de intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*.
- Lamela, D. & Figueiredo, B. (2009). Psychometric properties of the Portuguese version of the Your Parenting Team (YPT). Manuscrito em preparação.
- Lamela, D., Castro, M., Nunes-Costa, R., Bianchi-Aguiar, M. & Figueiredo (2009). Psychometric properties of Portuguese version of the Parenting Alliance Measure (PAM): Studies with divorced parents. Manuscrito submetido a publicação.
- Lerman, C. & Glanz, K. (1997). Stress, coping and health behaviour. Em K. Glanz, F. M. Lewis & B.K. Rimer (Orgs.), *Health behaviour and health education* (pp. 153-178). San Francisco: Jossey-Bass.
- Lindsey, E. & Caldera, Y. (2006). Mother-father-child triadic interaction and mother-child dyadic interaction: Gender differences within and between contexts. *Sex Roles, 55*, 511-521.
- Maccoby, E., Depner, C. & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 141-155.
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence: Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 72-81.
- Margolin, G., Gordis, E. & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two parent families. *Journal of Family Psychology, 15*, 3-21.
- Margolin, G., Gordis, E. & Oliver, P. (2004). Links between marital and parent-child interactions: Moderating role of husband-to-wife aggression. *Development and Psychopathology, 16*, 753-771.
- Markham, M., Ganong, L. & Coleman, M. (2007). Coparental identity and mothers' cooperation in coparental relationships. *Family Relations, 56*, 369-377.
- McConnell, M. C. & Kerig, P. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: Validation of the coparenting and family rating system. *Canadian Journal of Behavioural Science, 34*, 44-58.
- McDonald, R. & Grych, J. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology, 20*, 88-99.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R. & Lauretti, A. (2000). Evaluating coparenting and family-level dynamics during infancy and early childhood: The Coparenting and Family Rating System. In P. Kerig & K. Lindahl (Orgs.), *Family observational coding systems: Resources for systemic research* (pp. 151-170). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R. & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental: Realidade ou expectativa? *Psicologica, 42*, 185-212.
- Mullett, E. & Stolberg, A. (1999). The development of the Coparenting Behaviors Questionnaire: An instrument for children of divorce. *Journal of Divorce & Remarriage, 31*, 115-137.
- Rosenthal, D. & Hansen, J. (1980). Working with single-parent families. *Family Therapy, 7*, 73-82.
- Schmidt, C. (2008). *Coparentalidade em famílias de adolescentes com autismo e comportamento agressivo*. Tese de Doutoramento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Schoppe-Sullivan, S., Frosch, C., Mangelsdorf, S. & McHale, J. (2004). Associations between coparenting and marital behavior

- from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18, 194–207.
- Shaffer, A. & Sroufe, A. (2006). The developmental and adaptational implications of generational boundary dissolution: Findings from a prospective, longitudinal study. In P. Kerig (Org.), *Implication of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology* (pp. 67-84). New York: Routledge.
- Stright, A. & Neitzel, C. (2003). Beyond parenting: Coparenting and children's classroom adjustment. *International Journal of Behavioral Development*, 27, 31-40.
- Van Egeren, L. (2003). Pre-birth predictors of coparenting experience trajectories in early infancy. *Infant Mental Health Journal*, 24, 278-295.
- Van Egeren, L. (2004). The development of coparenting over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25, 453-477.
- Van Egeren, L. & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11, 165-178.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 181-186.

Recebido em 06/06/2008

Aceito em 03/10/2008

Endereço para correspondência: Diogo Lamela. Departamento Fundamentos Gerais de Educação, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Av. Capitão Gaspar de Castro Apartado 513, 4901-908, Viana do Castelo, Portugal. *E-mail:* dlamela@ese.ipvc.pt.